

DA VIDA DOMÉSTICA AO TRABALHO FORMAL: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE INSERÇÃO DE DONAS DE CASA NO MERCADO DE TRABALHO

FROM DOMESTIC WORK TO FORMAL WORK: AN ANALYSIS OF THE INSERTION OF HOUSEWIVES IN THE LABOR MARKET PROCESS

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v18n1p228-238

Resumo

Amparados pelos resultados do processo de pesquisa empírica em Ciências Sociais, analisaremos as possíveis mudanças na vida de um grupo de mulheres após a sua entrada no mercado de trabalho. Discutiremos a temática a partir das imbricações entre gênero, trabalho e dominação masculina. Constatamos que existe uma estreita relação entre o trabalho remunerado e a independência feminina, a qual contribui para que a mulher se posicione frente às formas de dominação masculina em seu núcleo familiar. Destacamos a entrada da mulher no mercado de trabalho, como ponto de partida de um processo social que conduz a uma reorganização das estruturas de poder, dominação e resistência tanto masculinas, quanto femininas. As mulheres que se mantêm no mercado de trabalho se percebem e passam a ser vistas pelos outros com olhares mais valorativos.

Palavras-chave: Processos de mudança social. Mulheres. Trabalho feminino. Empoderamento.

Abstract

This report provides information about the dynamics of changes in women's world after their insertion in the labor market. Thus, we engage in a discussion on gender, job and masculine domination. We notice that there is a close relation between paid job and female independence, which encourage women to step over the masculine domination in their family's core. Likewise, we realize that with women's entry to the labour market, there is a reorganization of the structures of power, domination and resistance, both masculine and feminine. Once they remain at the labor market, the women see themselves as more valuable and they are also seen that way by others.

Keywords: Processes of social change. Women. Women's labor. Empowerment.

Hosana Suelen Justino Rodrigues

Mestre em Ciências Sociais e pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará.
E-mail: suelenhosana@gmail.com.

Jesus Izquierdo

Doutor em Sociologia, Professor de Teoria Sociológica do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande e Pesquisador do CNPq.
E-mail: jizvil@yahoo.com.br.

Trazendo à tona a discursão complexa que envolve o questionamento da existência do pensamento patriarcal tanto em homens quanto em mulheres, descrevemos a seguir, de forma bastante sucinta, alguns resultados alcançados em uma pesquisa empírica realizada para fins de dissertação de mestrado¹. Nessa pesquisa, questionamos o que ocorre no mundo de mulheres, que foram donas de casa, após sua entrada no mercado de trabalho. Em certa ocasião uma senhora comentou:

Comecei a trabalhar desde sempre. Trabalhava em casa para ajudar a minha mãe, porque o dinheiro não dava para pagar empregada. E aos quinze anos, comecei a trabalhar para os outros, para ter o meu dinheiro. Cresci ouvindo minha mãe se queixar de como era ruim pedir dinheiro a qualquer homem, seja ele pai ou marido. Para mim, a mulher tem que ter sim o seu dinheiro! Para se enfeitar e ajudar o marido nas coisas que ele acha que não precisa. (...) O trabalho me deu liberdade. Fui juntando, crescendo, investindo. E olha onde eu estou agora! Com curso superior, concurso, poupança e um marido. (Entrevista com Dona Socorro, professora, 30 anos)

Histórias de vida como a de dona Socorro são cada vez mais comuns na sociedade contemporânea. Sabemos que a inserção da mulher no mercado de trabalho é cada vez mais significativa. Na atualidade, é recorrente a participação da mulher na disputa por vagas de emprego nas mais diversas áreas de ocupação remunerada. Contudo, se o olharmos para o passado poderemos perceber que esse fato é recente. A fala de D. Socorro é emblemática desse processo de inserção da mulher no mercado de trabalho. Ela reflete traços do universo de grande parte de mulheres que, no Brasil, desde a década de 1930, está sofrendo profundas mudanças, em razão da luta empreendida por mulheres que aspiram ingressar e permanecer no mercado de trabalho, de mulheres que percebem no exercício de alguma atividade profissional uma oportunidade para alcançar autonomia financeira, reconhecimento social e realização pessoal.

Entendemos que para captar as possíveis transformações que ocorrem no mundo das mulheres após sua inserção no mercado de trabalho é pertinente, além

da categoria gênero, levar em conta outras categorias analíticas, como as de classe social e raça. Em certa medida, não é surpreendente que mulheres que nasceram em famílias financeiramente abastadas ocupem posições sociais de destaque. Sabemos que as oportunidades de acesso ao estudo e ao trabalho estão relacionadas com a classe social e a condição étnica em que cada mulher nasce. Para analisar a complexa relação mercado de trabalho/mundo das mulheres, optamos por um viés específico: apreender o que ocorre com mulheres casadas, moradoras de um bairro de periferia da cidade de Campina Grande, após a entrada no mercado de trabalho formal. Para executar nossa pesquisa, optamos por uma metodologia de ordem qualitativa que nos permitisse analisar em profundidade os casos selecionados. Os casos foram tomados de um grupo de mulheres que partilham, entre outros, os seguintes aspectos: possuem escassos recursos financeiros, por diversas circunstâncias ingressaram no mercado de trabalho formal; dividem seu tempo e suas energias físicas com o trabalho e a execução de atividades domésticas, em razão de sua condição de esposas e/ou de mães; e estão inseridas em redes sociais nas quais se entrecruzam vínculos de família, Estado, religião, lazer, relações conjugais ou de amizade. Para abordar o universo dessas mulheres, aplicamos entrevistas semiestruturadas buscando identificar as mudanças em suas vidas a partir de sua inserção no mercado de trabalho. Entre outros, procuramos responder aos seguintes questionamentos: quais foram as mudanças na rotina dessas mulheres em relação à vida doméstica? Que estratégias utilizaram para lidar com as demandas do emprego e do lar? Sendo mulheres que por algum tempo viveram sob dependência econômica de seus maridos, que mudanças ocorreram em suas vidas em razão do salário auferido? Houve mudanças em relação à percepção da distribuição de papéis sociais no interior do lar? O trânsito entre a casa e a rua modificou a percepção da sua corporeidade? Algumas mulheres arranjaram trabalhos estáveis e melhor remunerados que os de seus esposos, esse fato modificou os modos de interação no interior da vida conjugal? Como ocorre o gerenciamento do tempo, do exercício da autoridade com os filhos e do salário após o ingresso no mercado de trabalho? Para responder a essas indagações, foi preciso delimitar nosso campo de pesquisa e optar por um referencial teórico capaz de nos oferecer pistas pertinentes

¹ RODRIGUES, H. S. Justino. *Mulher que trabalha fica atrevida*. Dissertação de mestrado. PPGCS-UFCG, 2012.

para analisar a tensão que se gera entre aspirações individuais e demandas sociais.

Os dados para nossa análise foram coletados em um grupo de mulheres vinculadas com uma escola da rede pública de ensino do município de Campina Grande-PB. Na condição de professoras, cozinheiras, serventes, disciplinadoras ou de alunas, em torno da rotina da vida escolar, elas teceram redes de sociabilidade das quais nos permitiram participar para a execução de nossa pesquisa. Em rodadas de conversas espontâneas e animadas ou nos diálogos particulares travados em torno da aplicação de entrevistas semiestruturadas, elas nos permitiram adentrar em seu mundo e compreender as demandas familiares e laborais que recaem sobre elas, assim como suas conquistas e realizações pessoais em razão da sua inserção no mundo do trabalho formal. Entre outros, foram importantes as contribuições teóricas de autores como Elias, Bruschini, Butler, Corrêa, Del Priore, Scoot, Touraine, Vaistman e Bourdieu.

Em nossa análise, os conceitos de *habitus* e de campo de Pierre Bourdieu foram bastante iluminadores. O conceito de *habitus* nos orientou na tentativa de captar o princípio gerador das práticas, assim como o sistema de orientação das ações executadas por essas mulheres, objetivamente situadas na tensão trabalho remunerado/rotina da vida doméstica. Seguindo as pistas analíticas de Bourdieu, observamos que é na relação entre indivíduo e sociedade que se constituem as representações do mundo social, isto é, os traços característicos do que se poderia considerar como espaço do estilo de vida. Munidos desses conceitos teóricos, procuramos apreender a relação que se estabelece de fato entre as características pertinentes da condição socioeconômica e as características distintivas associadas à posição correspondente no espaço dos estilos de vida. Segundo o pensador francês, essa relação alcança a ser inteligível mediante a percepção do *habitus* como fórmula geradora da ação social, a qual permite justificar simultaneamente as práticas sociais e os julgamentos, que recaem sobre essas práticas, com uma força de coerção capaz de transformar essas práticas em um sistema de signos distintivos. Dessa sorte, o *habitus*, segundo o referido autor, pode ser entendido como uma estrutura estruturante, que organiza as práticas e a percepção dessas práticas, assim como uma estrutura estruturada na medida em que ele mesmo é resultado do princípio de divisão

social, que se revela em séries lógicas, que organizam a percepção do mundo social e delimitam os espaços e os modos de ação dos agentes histórica e socialmente situados. Para Bourdieu (2009), determinadas práticas sociais, como as que ocorrem com as mulheres que se autodefinem como donas de casa, podem ser emolduradas no interior de um sistema de classificação a partir de critérios de distribuição de funções sociais. Ele afirma que para que existam determinadas funções é necessário que haja determinadas demandas sociais e princípios de classificação dessas funções conforme os julgamentos do que se considera como adequado ou inadequado para cada agente social. Essa classificação cria um critério de hierarquia de classificação de funções sociais e, ao mesmo tempo, situa as pessoas que executam determinadas funções segundo os critérios estruturais que tendem a ser hierarquizantes. Dessa sorte, o exercício de uma atividade profissional e o desempenho nas atividades domésticas tornam-se elementos classificadores que possibilitam que as mulheres em questão ocupem determinadas posições dentro do campo social, conforme as práticas por elas executadas. O exercício de funções domésticas classifica as donas de casa na ordem da hierarquia social porque ele mesmo faz parte de um sistema de classificação. Em consequência disso, as donas de casa passam a conceber-se como fazendo parte de processos sociais de classificações complexas, de estilos de vida particulares articulados com determinados *habitus* que definem sua identidade social.

Seguindo o pensamento de Bourdieu, no percurso de nossa pesquisa, procuramos identificar as formas através das quais ocorrem processos de mudanças na vida de um grupo de donas de casa, uma vez que se inseriram no mercado de trabalho e começaram a fragmentar seu tempo e suas práticas entre o que denominamos a casa e a rua: o trabalho remunerado e a sua condição de dona de casa. Entre outras, formulamos as seguintes perguntas: De que maneira suas vivências no mundo do trabalho remunerado se tornam subsídios para incorporar um novo *habitus*? Esse *habitus* incorporado no mercado de trabalho prevalece na esfera da vida doméstica? A incorporação do novo *habitus* facilita o processo de reinserção dessas mulheres em um contexto social diferenciado ao da vida do lar? De que maneira a inserção no mercado de trabalho das mulheres, objeto da nossa análise, afeta as relações de gênero?

Em certa medida, questionamentos como esses dão a impressão de serem desnecessários. Algumas análises da dinâmica das sociedades modernas, como as realizadas por Manuel Castells (2001), induzem-nos a pensar que nas sociedades “pós-industriais” se pode constatar um processo acelerado de mudança que afeta os modos de pensamento, de sentimento e de ação de homens e mulheres. Em razão desse processo, em determinadas situações não se pode definir certas manifestações humanas como sendo características de homens ou de mulheres. No entanto, no percurso de nossa pesquisa, percebemos que nas camadas pobres, ainda se encontram em pleno vigor os modos de percepção tradicionais, os quais identificam o homem como sendo o provedor e a mulher como um agente passivo da dinâmica da produção econômica. Da mesma forma, constatamos no grupo de mulheres que analisamos um despertar para outros modos de ação, para modos de vida que não se restringem à vida doméstica. Observamos, também, que esse despertar é abraçado com esperança e partilhado com as novas gerações. Quando indagadas pelo que esperam de suas filhas quando crescerem, de forma recorrente, a resposta era: “Desejo que minha filha não passe pelo que eu passei, eu quero que trabalhe e seja dona do seu próprio nariz”. Quando abordamos algumas pessoas das redes sociais das nossas depoentes, observamos que a inserção das mulheres no mercado de trabalho nessas comunidades pobres não é regra, continua sendo exceção. Não era raro ouvir críticas pelo fato de nossas depoentes saírem para trabalhar, por não aguardarem o marido ou os filhos diariamente dentro de casa.

Falando sobre gênero

A categoria gênero sugere relações conflituosas entre homens e mulheres. Ela nos convida a dirigir nosso olhar crítico sobre o masculino e o feminino para identificar neles os aspectos que foram atribuídos a cada um em determinado contexto social. Deste modo, entendemos que a categoria gênero abarca uma série de regras e de identidades sociais de homens e mulheres que se modificam ao longo dos tempos. A categoria gênero nos permite pensar a tensão da vivência política e social do indivíduo em relação com o “sexo”, com os dados físicos biologicamente definidos (BUTLER,

2003). O conceito gênero, no pensamento social, é tomado como uma categoria de análise voltada para um corpo sexuado. Ele rejeita as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação, como as que derivam do fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. Dessa sorte, o conceito gênero indica que são de caráter inteiramente social as ideias sobre os papéis sociais desempenhados por homens e por mulheres, os quais incidem na construção das identidades subjetivas dos homens e das mulheres².

As instituições sociais, a começar pela família, a escola, o Estado, a igreja, entre outras tantas, em certa medida, são as responsáveis pelo processo de sociabilização da identidade de gênero e de geração das crianças. O uso do conceito gênero como uma categoria descritiva de análise, usada por muitos historiadores e feministas conforme nos mostra Joan Scott (1990), se restringe a afirmar que as relações entre os sexos são sociais e descrevem os casos relativos às mulheres sem, portanto, criticar os paradigmas históricos e políticos existentes. Para Scott, o uso da categoria gênero, além de não explicar por que as relações de gênero se constroem de tal forma, silencia questões importantes para a emancipação feminina, como as relacionadas com o funcionamento ou a mudança dos modos de interação entre os sexos.

Seguindo as pistas analíticas de Scott (1990), o gênero é uma categoria relativa a uma análise relacional, em outras palavras, o gênero nos impede falar de mulheres sem uma necessária referência aos homens. O destaque que modificou a forma de interpretar o conceito de gênero veio com a informação de que o gênero é construído socialmente e que ele denota um aprendizado que modela os significados para as diferenças corporais. Mas, o que devemos entender por construção? Podemos partir do princípio de que tudo quando observamos no ser humano é uma construção social de gênero? Na busca pela interpretação da construção de gênero devemos atentar para estes significados e significações que os elementos culturais exercem sobre o subjetivo dos indivíduos, moldando as suas identidades. Nas palavras de Scott:

² Cf. Scott, Joan (1990).

Devemos nos tornar mais auto-conscientes da distinção entre nosso vocabulário analítico e o material que queremos analisar. Devemos encontrar formas (mesmo que imperfeitas) de submeter sem cessar nossas categorias à crítica e nossas análises à auto-crítica. Se utilizarmos a definição de Jacques Derrida, essa crítica significa analisar, levando em conta o contexto, a forma pela qual opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando sua construção hierárquica, em vez de aceitá-la auto-evidente ou como fazendo parte da natureza das coisas. (SCOTT, 1990: 84)

Dessa forma, fica o desafio de refletir sobre as variações e significados do “ser homem” e do “ser mulher.” O termo gênero reflete as relações sociais, contudo, ele, por si mesmo, não explica as construções, o funcionamento e as modificações dos modos de interação social entre homens e mulheres ao longo dos tempos e nas diversas esferas da vida coletiva.

Para Scott (1990) a categoria gênero nos ajuda a perceber quatro dimensões da vida social: a identidade subjetiva, que deve ter um referencial histórico e não unicamente psicológico; a percepção política e as instituições sociais; a relevância do sexo que serve de base para as discussões de gênero, mas que não as determina; e por último, a construção de formas de representação social que, em certa medida, incide nos modos de exercício do poder. Essas quatro dimensões não podem ser dissociadas entre si, mas também não podem ser vistas como reflexos simultâneos umas das outras. No entanto, essas dimensões demandam que em uma determinada análise as levemos em consideração a fim de explicar os modos de distribuição das funções sociais entre homens e mulheres e os desequilíbrios na distribuição e nos modos de exercício do poder.

Modos de vida das mulheres: uma questão de gênero?

A pesquisa de campo foi realizada no ano de 2011. Participaram desse processo mulheres que depois de terem vivido, por alguns anos, em condição de donas de casa, se inseriram no mercado de trabalho remunerado. Para uma correta observação do nosso objeto de estudo, consideramos fundamental a demarcação dos procedimentos metodológicos orientados à coleta e

sistematização de dados empíricos. Desde o começo de nossa pesquisa, percebemos a necessidade de recorrer ao uso do Método Qualitativo e de técnicas de coleta de dados que nos possibilitassem captar uma realidade que não pode ser quantificada e responder questões particulares que nos permitissem construir uma representação social do mundo dessas mulheres. Cientes que nosso objeto não poderia ser apreendido através da operacionalização de variáveis, em nossa pesquisa, procuramos identificar significados, crenças, valores, emoções e princípios de ação capazes de revelar as nuances do trânsito da esfera da vida doméstica para o mundo do trabalho remunerado.

Nossa escolha metodológica se justificou porque a pesquisa qualitativa é uma atividade que nos permitiu, na condição de observadores, fazer parte do mundo dessas mulheres que procuramos analisar. Sabíamos que pelo viés qualitativo poderíamos executar um conjunto de práticas materiais e interpretativas que nos possibilitaria dar visibilidade social ao nosso objeto de estudo. Para registrar os dados fizemos uso de notas de campo, fotografias, gravações e lembretes; fizemos estudos de caso; indagamos experiências pessoais capazes de possibilitar um exercício de introspecção das depoentes; a fim de captar momentos e significados rotineiros e problemáticos da vida dessas mulheres.

Sendo uma pesquisa de caráter qualitativo, adotamos algumas técnicas de coleta de dados que nos permitissem apreender modos de ação, formas de pensamento e sentimento capazes de possibilitar-nos uma compreensão detalhada do processo através do qual algumas mulheres, que sendo esposas e mães, desafiaram a força do saber tradicional-patriarcal e decidiram trafegar pelo mundo do trabalho remunerado. Entre as técnicas de coleta de dados empíricos que utilizamos na execução de nossa pesquisa, destacam-se as seguintes: pesquisa bibliográfica, observação direta, pesquisa documental, entrevistas gravadas e semiestruturadas e as enriquecedoras conversas a fio nas calçadas das casas das depoentes ou nos corredores da escola onde algumas trabalhavam e outras estudavam.

Nas falas, nossas interlocutoras atualizavam suas histórias pessoais. Seus registros linguísticos misturavam momentos que elas os identificavam como sendo de grande sofrimento e outros como de superação de dificuldades, como momentos de renovação de suas vidas

que as impulsionavam a lutar por mudar suas vidas e a vida de seus filhos. Nos debates acadêmicos voltados à compreensão das tensões geradas nas relações de gênero, alguns autores³ constatam que a situação social, a posição dentro da família ou o trabalho profissional que realiza não influencia na obrigatoriedade que recai sobre as mulheres para executar trabalhos domésticos, dado que, nesse tocante, o senso comum indica a mulher como o agente social mais adequado para realizar essas tarefas.

Entendemos que a cultura do nordeste brasileiro, contexto no qual nossa pesquisa se situa, a divisão sexual do trabalho se realiza nos moldes do pensamento patriarcal⁴. Nesse esquema de percepção, a distribuição de tarefas parte do princípio de que as mulheres devem estar ocupadas na resolução das demandas da “casa” e o homem focado no cuidado das questões da “rua”. Em alguns diálogos indagamos sobre a determinação social de atribuir a execução do trabalho doméstico às mulheres, assim como a ideia de que ao homem cabe a responsabilidade de sustentar a família com o resultado do seu trabalho assalariado. As respostas que ouvimos não eram homogêneas, mas constatamos uma tendência à identificação de uma vivência comum à maior parte de mulheres. Pelas suas descrições, alcançamos certo consenso no sentido de concordar com a pertinência de falar de “modos de vida” em lugar de elaborar uma casuística em torno do que se deve entender como tarefas adequadas aos ou para os homens.

A rotina cotidiana era descrita pelas mulheres como “correria”. A “correria” é uma forma metafórica para descrever a execução das tarefas que compõem a rotina da vida doméstica. Segundo as depoentes, a partir da inserção das “donas de casa” no mercado de trabalho, a “correria” deixou de ser exclusiva das mulheres. Cuidar da limpeza da casa, da roupa, da alimentação, da assistência aos doentes ou às crianças, entre outras tarefas, tornaram-se responsabilidades familiares e não exclusivas das mulheres. Com certa satisfação, algumas depoentes descreviam a disposição dos homens para cozinhar, cuidar

de bebês, lavar roupa e para ficar em casa com os filhos, para facilitar dessa forma o tempo necessário para que as mulheres possam trabalhar e/ou estudar. Da mesma forma, as depoentes revelaram que atividades que antes eram exclusivamente masculinas, como por exemplo, sair para beber ou se divertir em lugares públicos, pagar contas domésticas e das atividades de lazer familiar, ter relações extraconjugais, ter cargos de chefia ou falar em público, passaram a ser desempenhadas também pelas mulheres.

A partir desses relatos, como consequência do ingresso das mulheres no mercado de trabalho remunerado, percebemos que, de certa forma, se diluiu a linha invisível que demarcava os contornos do que nesse microuniverso social era considerado como masculino e feminino. É como se a ausência esporádica da mulher para “dar conta” do trabalho trouxesse como resultado uma redefinição dos critérios para a atribuição de responsabilidades. Doravante, para cozinhar, passar roupa ou fazer faxina, em alguns lares, não é preciso ser mulher, o que se precisa é de tempo para realizar essas tarefas. A partir do critério de possibilidade, em algumas famílias se é o homem quem permanece mais tempo dentro de casa, corresponderá a ele fazer a maior parte dessas tarefas. Cruzando alguns relatos, identificamos alguns casos que descreviam a disposição dos maridos para ajudar na manutenção da família e no cuidado das atividades de casa. Constatamos que em situações nas quais os maridos dividiam funções e responsabilidades na organização da vida doméstica, o comportamento da mulher se diferenciava do conjunto de mulheres de sua mesma condição social. Identificamos nessas mulheres uma postura de amor próprio e busca por estabilidade no mercado de trabalho. Em certa medida, o envolvimento dos maridos com as aspirações das esposas findava em estímulo para que essas mulheres procurassem crescer no desempenho profissional através do estudo, cuidado com seu bem estar físico e emocional, maior autonomia para cuidar de seu corpo e disposição para estudar e buscar melhores empregos.

No entanto, identificamos casos nos quais se descreviam uma série de conflitos em razão da ausência da mulher e da falta de disposição do esposo para ocupar-se das tarefas domésticas. Ouvimos relatos de mulheres que descreveram a experiência de pertencer a famílias desestruturadas. Em seus depoimentos constatamos que certas mulheres sofreram diversas formas de violência,

3 Nesse sentido podemos mencionar as obras de Vaistman (1994), Bruschini (1990), Del Priore (1997) e Mariza Corrêa (1994).

4 A expressão “divisão sexual do trabalho” expressa os diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade e no processo produtivo. Como modo de constatação podemos mencionar as descrições dos modos de vida nordestino nas obras de George Amado ou de Gilberto Freyre.

na maior parte dos casos, porque seus maridos não compactuavam com o fato da mulher se ausentar de casa para poder trabalhar. Em outros casos, a estratégia desenhada pelos maridos era a de ter pouco compromisso com a esposa, com os filhos e com a manutenção do lar. Algumas mulheres manifestavam que a agressividade do esposo com filhos e com elas mesmas era a principal causa de sofrimento. Algumas mulheres justificavam a violência que padeciam como consequência de uma rotina de alcoolismo, por vezes de jogos ou de relações extraconjugais, as quais, em comunidades pequenas com redes de comunicação intensa, terminavam sendo descobertas pelos filhos e as esposas.

Na rotina das famílias desestruturadas, tanto as depoentes, como parentes e vizinhos, afirmavam a percepção de brigas constantes, espancamentos e restrições que o marido colocava para toda a família. Dona Cristina uma senhora de 60 anos que era assistente social na escola e que possuía uma família nessas condições afirma: “Eu não sei se eu e meus filhos sentíamos amor, o que eu tinha muito era medo.” Notamos que esse comportamento refletia diretamente na autoestima das esposas e das filhas mulheres. Vivendo em um clima de permanente tensão, essas mulheres descreviam seu cotidiano como sendo pautado no medo, na falta de confiança em si mesmas e na percepção de sua vida como uma sina, perante a qual não resta outra alternativa que a de conformidade. Mas, outras mulheres que vivenciaram situações de sofrimento familiar em razão da violência dos esposos, decidiram enfrentar as adversidades e fizeram destas o pretexto para mudar de vida, como constatamos na história de vida de dona Antônia.

Virando o jogo: a história de dona Antônia

Em sua brilhante análise do patriarcado, Andrea Nye (1995) nos lembra as situações dolorosas pelas quais atravessam as mulheres trabalhadoras. Segundo a referida autora, por volta do ano de 1900, as mulheres constituíam 38% da força de trabalho. Suas penúrias eram dissonantes no conjunto de representações que se costuravam nos debates dos salões em torno do universo feminino. Certamente as metas das mulheres trabalhadoras se encontravam distantes do cotidiano das mulheres burguesas ricas, mimadas e bem casadas. Nesses ambientes

de debate, tudo o que se pudesse dizer sobre a libertação das mulheres, parecia não ter nada a ver com a pobre operária de uma fábrica, lutando em casa com um marido desempregado que bebia para acalmar seu ego ferido e lhe batia nos sábados à noite. Na era da industrialização como na atualidade, a mulher trabalhadora parece que não tem tempo para a introspecção, para tomar consciência de si e assumir de maneira autônoma a condução de sua própria vida. No entanto, essa constatação não nos induz a pensar em qualquer forma de determinismo. Sabemos que existem experiências redentoras, experiências que pela intensidade do amor fruído ou da dor padecida purificam nosso olhar e nos impulsionam a mudar o curso de nossas vidas. O caso de dona Antônia pode ser um bom exemplo disso.

Conhecemos dona Antônia cuidando da disciplina dos alunos da escola nos corredores de sala de aula. Ela é uma senhora negra, de 65 anos de idade; uma mulher de olhar calmo e sorriso alegre. No tempo livre do trabalho ela conversava com colegas de trabalho e alunas da instituição educativa, enquanto tecia peças em crochê. Dona Antônia tem três filhos: dois homens e uma mulher. Quando ela casou-se, foi morar no terreno nos fundos de uma propriedade que seus parentes lhe emprestaram. Suas primeiras experiências de vida conjugal começaram nesse lugar. Quando se referia aos primeiros anos de vida conjugal, dona Antônia falava de forma contida e triste, seus olhares revelavam um sentimento de remorso e de vergonha. “Eu tive uma vida muito difícil – afirmava ela –. Meu marido era alcoólatra, ganhava bem, mas gastava tudo com mulheres e jogo, enquanto eu e meus filhos passávamos fome”. Antes de casar, ela acalentava o sonho de ter uma vida calma e bem sucedida, um lar que oferecesse paz e segurança para os seus filhos. Em razão do sofrimento e da penúria em que vivia, pensando no futuro de seus filhos, ela decidiu estudar porque enxergava no estudo o melhor caminho para realizar os sonhos de sua mocidade. Começou a estudar pela noite através de um programa de educação de jovens e adultos, executado em uma escola perto de sua casa. Na decisão de estudar, em sintonia com as pistas analíticas de James Scott (1990), se escondia uma potente arma de resistência, uma arma que fornecia esperança em um futuro melhor e disposição para superar as adversidades de sua vida cotidiana. A determinação para estudar significa realizar uma ação

constante e sutil, mas carregada de possibilidades de mudança de vida em longo prazo.

O estudo, o acúmulo de conhecimento, em sintonia com as ideias de Foucault, aponta na direção de um processo que visa o equilíbrio das balanças do exercício do poder. Contudo, para dona Antônia, perseverar em seu projeto não foi fácil. Ela precisou de força, persistência e determinação, dado que seu marido não aceitava que ela estudasse. Segundo ela, eram constantes as ameaças visando impedir que ela desse continuidade aos seus estudos. Armado de um facão, ele a vigiava na esquina da escola, proferindo ameaças de matá-la. Dava escândalos públicos. Aparecia bêbado na sala de aula, agredia ela verbalmente e rasgava seu material escolar. “Foram muitos os dias que eu levava surras para impedir-me que fosse para a escola. E quando retornava, apanhava novamente... mas nada disso não me impediu de estudar”. E continuava dona Antônia: “Um dia eu tinha uma prova de física, tinha estudado muito, pois tinha muita dificuldade com essa matéria. Ele me bateu tanto na cabeça que eu fui fazer a prova ‘zonga’. Não conseguia pensar em nada e não tinha condições físicas para fazer nada. Foi um branco. Eu só fiquei lá parada”. Depoimentos como esse nos levaram a perceber que a violência que dona Antônia sofreu ultrapassou o limiar do físico, para alcançar o seu íntimo, sua dimensão subjetiva. Em nossa pesquisa, percebemos que é afetada a moral e a honra das mulheres que pertencem a famílias desestruturadas porque, geralmente, as práticas de violência física são acompanhadas pelo exercício de uma violência simbólica, a qual é mais frequente, embora, como afirma Bourdieu (2009), não seja auto evidente.

Agredida física e simbolicamente, para dona Antônia a ruptura da unidade familiar era evidente, que já ocorria, e ela colocava em evidência a necessidade de lutar por uma mudança de perspectiva de vida. Para ela, sua família se encontrava em condições de vulnerabilidade; na verdade, era obsoleta, e, como obsoleta, começaria a desaparecer independente de qualquer ação individual. Um fato fez tudo mudar para ela. Após uma chuva forte o teto de sua casa caiu. E ela teve que abrigar-se num cômodo de um vão pequeno com os filhos. “Sem um teto para meus filhos – afirma ela –, eu fui forçada a tomar uma atitude. Eu precisava construir a cobertura de aquele

lugar antes que o inverno começasse.” A necessidade do dinheiro para financiar a reforma do local onde ela morava com seus filhos fez com que ela procurasse um emprego numa fábrica de costura. Segundo dona Antônia:

Foi ai que tudo mudou! [Por que?] Porque mulher que trabalha fica atrevida [Risos]. Fui tomando consciência de que eu podia. Aos poucos não me permitia que ele me batesse mais, até que um dia percebi que se a casa tinha sido coberta por mim, porque eu deveria estar aguentando certas coisas dele? Foi quando eu coloquei ordem na casa. Ou ele se comportava do meu jeito, ou que saísse de casa.

No caso de dona Antônia, é possível perceber que as mudanças ocorrem e que algumas modificações na vida das mulheres pobres advêm para que elas vivenciem uma experiência de empoderamento e de liberdade. No entanto, essas vivências não acontecem de forma isolada, elas fazem parte de um processo de mudança de ordem social (ELIAS, 2011). Esse processo se dá de forma lenta e gradativa, e perpassa a capacidade individual. Embora seja de ordem social, ele induz os indivíduos a substituir, paulatinamente, comportamentos de uma ordem por outros, possivelmente, opostos aos anteriores. No caso de dona Antônia, é possível perceber como ela foi substituindo a atitude de submissão, por uma tomada de consciência de si e da sua situação de pobreza e abandono, situação essa que precisava ser mudada pelo bem dela e da sua família. No entanto, sair de casa para trabalhar acarretou uma série de dificuldades. Seu marido se opunha a que ela trabalhasse e sua mãe questionava o fato de deixar as crianças em casa e de contestar as decisões de seu marido. No entanto, o apoio para perseverar no trabalho que era negado pelo seu marido e sua mãe, ela o encontrava em algumas colegas de trabalho e na alegria das crianças quando conseguia comprar o que elas precisavam com o dinheiro que ganhava na fábrica.

Considerações finais

A relação mercado de trabalho e salário tem sido um tema caro na tradição marxista. Mas, sabemos que o marxismo tem deixado de lado questões relativas à família e à condição de invisibilidade social das mulheres.

Possivelmente esse silêncio obedeça ao fato de entender que esses assuntos pertencem à vida privada e nada tem a ver com a produção. A teoria marxista explica as relações sociais com referência aos arranjos econômicos nos quais o trabalho é vendido por salários e um produto manufaturado é vendido por lucro, mas omite as análises dos arranjos “econômicos” que muitas pessoas, em especial as mulheres donas de casa, fazem para assegurar sua sobrevivência e a de sua família. A opressão que algumas mulheres sofrem permanece fora da mecânica da explicação teórica e da prática emancipatória de muitos movimentos sociais. Contudo, a inserção da mulher no mercado de trabalho é um fato real e de enorme incidência no processo de emancipação da mulher e de reformulação dos critérios de distribuição de papéis sociais no interior da estrutura familiar.

Em nossa pesquisa, constatamos que a inserção da mulher no mercado de trabalho remunerado desencadeou um processo de mudanças que afetou a vida das mulheres por nós analisadas. Um dos aspectos desse processo diz respeito ao acesso dessas mulheres a diversas redes sociais de conselhos e de fofocas. Percebemos que essas redes funcionam como meios de transmissão de ideias, as quais colaboram para que as mulheres vivenciem experiências de empoderamento. Na forma de comentários soltos, no ardor de conversas grupais, eram frequentes as conversas com o mesmo teor da seguinte: Falando sobre o marido violento, Cláudia questionou sua amiga: “E você vai deixar ele montar em cima?” – ‘Montar encima’ é uma gíria popular usada entre as mulheres para descrever uma situação de submissão ou de dominação –. Em outras conversas, mais do que questionamentos, se davam conselhos. A elaboração dos conselhos resultava de experiências de vida, mas do que de elucubrações fictícias ou divagações mentais. As mulheres mais experientes, as casadas há mais tempo, se sentiam autorizadas para instruírem as mais jovens. Nos conselhos sugeriam estratégias para conciliar o desempenho em dois empregos diferentes, lidar com os ciúmes delas pelo marido ou do marido por elas; davam conselhos sobre como se comportar para evitar infidelidades conjugais e sobre como manter a beleza física com certos cuidados estéticos. Sugeriam a forma que, segundo elas, era a mais adequada para exercer a maternidade e para manter uma vida sexual ativa. Ouvimos dona Judite, uma senhora de 61 anos de

idade, que trabalhava como cozinheira, contando para as funcionárias mais jovens: “Vocês têm que viver muitas coisas antes de casar. Não tenham pressa para isso. O primeiro casamento deve ser com o trabalho e só depois devem buscar um marido”. Lembrando-se dos conselhos que ela dava para sua filha, ela comentou: “eu digo a ela sempre: o primeiro filho é o seu estudo, somente depois de se formar e começar a trabalhar é que você vai se casar.”

Na pesquisa de campo, percebemos que os conselhos têm força coercitiva ao ponto de incidir no processo de formação de novas formas de pensamento que divergem das formas tradicionais. Identificamos mulheres que com registros fotográficos mostravam as mudanças ocorridas depois de sua inserção no mercado de trabalho remunerado. As fotografias colocavam em evidência as mudanças relacionadas com os cuidados corporais. Algumas mulheres afirmavam que quando estão estressadas elas procuram os salões de beleza, e afirmavam que o faziam porque não precisavam pedir dinheiro para seus esposos e que não permitiam que eles determinassem a forma como elas gastariam parte de seu salário.

Observamos que o ambiente de trabalho e a partilha constante de experiências possibilitavam a construção de elos de unidade e afeição entre mulheres de gerações diferentes. O resultado dessa partilha de experiências funcionava como um alerta para que as mulheres mais novas evitassem situações que as colocassem em situações de sofrimento. Rita, uma jovem mulher de 38 anos, que trabalha na escola como professora, lembrou-se de um diálogo que teve com sua mãe: “Eu disse à minha mãe para que ela deixe de ser besta, que deixe meu pai em casa e que viaje comigo. Aqui no trabalho a gente vê muitas senhoras tocando sua vida, cuidando delas mesmas e minha mãe não dá um passo sem a autorização do meu pai”. Da mesma forma, Lena, uma professora de 25 anos de idade, afirmava sua incapacidade de entender o comportamento submisso de sua mãe. Ela entendia que a relação com o esposo deve ser igualitária e respeitosa. Segundo ela, quando seu marido fazia algo que ela discordasse, não esperava para reclamar dele. Mas essa demanda de igualdade nas relações conjugais não era compreendida por sua mãe. Nesse sentido, Lena lembrava: “Minha mãe vive dizendo para que eu tenha paciência, porque no tempo dela tudo era mais difícil. Mas agora é outro tempo. Eu trabalho” – finalizou nossa depoente.

No grupo de mulheres acompanhado por nós, percebemos que a entrada da mulher no mercado de trabalho trouxe uma série de vantagens à vida das mulheres e para suas famílias. Podemos destacar as estratégias de empoderamento expressa em ações de poder usadas para se proteger da violência física e simbólica dos homens. Um dos aspectos resistência da vida dessas mulheres se revela por meio de conselhos. As mulheres mais velhas afirmaram que aconselham as suas filhas das vantagens e desvantagens da vida de casada, incentivando-as.

Observamos que em muitos casos, o trabalho remunerado da mulher está ligado à sua percepção do que está faltando materialmente à sua família. Em certa medida, seguindo as pistas analíticas de Cynthia Sarti (1996), observamos que o significado do trabalho assalariado no contexto social das mulheres pobres é mediado pelo seu lugar de mãe e de dona de casa. Em muitos casos, mais do que uma conquista pessoal, a inserção no mercado de trabalho representa para essas mulheres a possibilidade de suprir o que ela sabe que está faltando e que ela pensa ser indispensável.

Em seus depoimentos, todas as mulheres que abordamos informaram que gastam seu salário ajudando seus filhos, até os adultos que constituíram outro núcleo familiar, mas que passam por dificuldades financeiras. Quando indagadas pelas razões para se preocupar com os filhos adultos, elas comentaram que fazem isso porque os maridos veem as necessidades dos filhos como sendo dispensáveis. Porém, na percepção dela, uma mãe não pode pensar dessa forma, ela não pode ser indiferente às demandas dos filhos. Em certa medida, observamos que a assistência econômica aos filhos contribui para que as mães fortaleçam seus laços afetivos com eles e amplia as possibilidades das mães interferirem na condução do novo lar constituído pelo filho. Algumas mulheres afirmaram que essa relação com seus filhos provoca nelas uma sensação de bem-estar e de sentido de pertença ao seu círculo familiar.

O dinheiro que recebem, na maioria dos casos alcança até dois salários mínimos, é distribuído entre a compra de produtos para a casa e para o consumo dos filhos e para o cuidado delas mesmas. O cuidado de si é importante dado que, na percepção delas, as mulheres que trabalham fora de casa têm que causar uma boa impressão. Nesse sentido, dona Aparecida, uma jovem mulher de 35 anos, auxiliar de cozinha afirmava: “Eu não saio de casa

sem lápis nos olhos, sem relógio e sem batom”. Quando indagada pelos cuidados que tinha quando cuidava exclusivamente do lar na condição de dona de casa, ela respondeu: “Para passar roupa, limpar o chão ou mexer nas panelas de casa ninguém precisa se produzir”.

A autoconfiança que nasce desse cuidado diário de si extrapola a dimensão social da mulher e promove mudanças em sua vida íntima. O “amor próprio” se torna uma manifestação de poder que repreende o “amor submisso” que a dominação masculina impõe. Segundo Touraine (2007), as mulheres durante o processo de sociabilização reformulam os modos de construção identitária e sentem a necessidade de cuidar de si, de cultivar uma forma de “amor próprio” que as leva a se reconhecer como sujeitos livres, capazes de superar limites, dignos de respeito e de amor.

Em geral, as mulheres que têm carteira de trabalho assinada têm um tempo definido para permanecer no local de trabalho. O fato de passar um terço do dia fora de casa faz com que elas participem de processos de interação que se distanciam dos que elas estabelecem em seu núcleo familiar. No local de trabalho elas são exigidas, na maioria das vezes, a incorporar conhecimentos específicos, a se submeter a treinamentos, a responsabilizar-se pela organização de ambientes, a dar conta de um agendamento de atividades, a ter capacidade para lidar com o público e outra série de demandas que na vida doméstica passam despercebidas. O acúmulo de conhecimentos vai de encontro com os modos de pensamento tradicional que afirmam que o lugar da mulher é restrito ao âmbito da vida doméstica. Participando ativamente nos espaços de trabalho, essas mulheres provam que são capazes de exercer as mais diversas funções, inclusive as que estão vinculadas a profissões tidas como próprias do gênero masculino.

Referências

- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. (1990). *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistas*. Vértice, São Paulo.
- BRUSCHINI, Cristina & Lombardi, Maria Rosa. (2000). “A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo”. In: *Revista Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 110, pp. 67-107, jul.

- BOURDIEU, Pierre. (2009). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BUTLER, Judith. (2003). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização. Brasileira.
- CORRÊA, Marisa. (1999). "O sexo da dominação". In: *Novos estudos CEBRAP*, n. 54, julho. Pgs 43-53.
- DONZELOT, Jacques. (1986). *A polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). (1997). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- ELIAS, Nobert. (2006). *Escritos e ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.
- FONSECA, Cláudia. (2000). *Família Fofoca e Honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: ED. UFRGS.
- FOUCAULT, Michel. (2011). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- NYE, Andrea. (1995). "Análise do Patriarcado". In: *Teoria Feminista e as Filosofias do Homem*. Rio de Janeiro: Record, pp. 142-203
- RODRIGUES, Hosana Suelen Justino. (2012). *Mulher que trabalha fica atrevida*. Dissertação de mestrado. PPGCS-UFCG.
- SARTI, Cynthia. (1996). *A família como espelho*. São Paulo: Autores Associados Editora.
- SCOOT, James. (1990). *Los dominados y el arte de la resistência*. México: Ediciones Era.
- SCOTT, Joan. (1990). *O gênero como categoria útil de análise*. Recife: SOS\CORPO.
- TOURAINÉ, Alain. (2007). *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes.
- VAISTMAN, Jeni. (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós- modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DAS, Venna. (2011). "O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade". In: *Cadernos Pagu*. n. 37. Jul-dez. pp. 9-41.